



## **A EJA NO BRASIL: REFLEXÕES SOBRE SEU HISTÓRICO**

Viviane Ramos da Silva Chagas <sup>1</sup>

### **RESUMO**

A Educação de Jovens e Adultos – EJA sempre foi marcada por alternâncias e mudanças que transformaram essa modalidade de ensino no que é hoje em dia. Além de ser uma ferramenta para ingresso daqueles que sempre ficaram à margem da sociedade e não tiveram condições de estudar, o ensino e a aprendizagem na EJA é uma abertura para a diminuição do abismo social que se difundiu por meio da desigualdade no país. Dessa forma, entender como a Educação de Jovens e adultos se consolidou permite que se compreenda a importância do processo de escolarização para quem o sistema negou. Contudo, a investigação foi realizada por meio de um estudo bibliográfico que ajudou a compreender que a EJA é uma forma de fornecer justiça social e um caminho de possibilidades para adultos que abandonaram o estudo, não puderam concluí-los ou precisam cursar a educação básica em outro horário. Pontua-se, pois, que a modalidade estudada é relevante para diminuir o analfabetismo no Brasil e abrir espaços de voz e oportunidades para sujeitos que precisam ser lembrados acima de tudo como cidadãos.

**Palavras-chave:** EJA, Ensino, Educação Brasileira.

### **INTRODUÇÃO**

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino que foi instituída no Brasil há muitos anos atrás, embora tenha sido alvo de muitas críticas durante o processo de desenvolvimento e por ser uma forma da classe dominante continuar sobrepondo seus interesses sobre os menos afortunados, é importante considerar que promover a educação para jovens e adultos que não tinham acesso ao ensino sistemático foi de irrefutável significado.

A EJA passou por diferentes momentos e teve um progresso fragmentado, com avanços, mas com muitos retrocessos, e por isso, o presente estudo buscou refletir sobre o histórico da EJA no país, trazendo à tona questões indispensáveis para se pensar essa modalidade de ensino nos dias atuais.

Dessa forma, o objetivo geral foi o de conhecer o histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, buscando especificamente, entender as motivações para a

---

<sup>1</sup> Mestranda em Educação pela Universidade Interamericana, [vivianeramoschagas@gmail.com](mailto:vivianeramoschagas@gmail.com);



institucionalização da EJA, perceber os benefícios dessa educação para as pessoas adultas, discutir sobre como a EJA pode ser uma ferramenta de transformação social.

Com base nos objetivos do estudo, a questão que norteia essa investigação se configura como a seguinte indagação: como a EJA pode favorecer o desenvolvimento dos sujeitos na sociedade atual?

Todavia, sabe-se que a EJA durante muito tempo refletiu o espelho da sociedade de cada época, foi vitrine das dificuldades enfrentada pelos cidadãos brasileiros. Dessa maneira, a pesquisa se justifica por permitir que se faça uma reflexão do assunto de modo a promover novos olhares a fim de melhorar o espaço escolar da EJA nos dias atuais.

## **METODOLOGIA**

O estudo foi elaborado por meio da pesquisa bibliográfica, onde se fez um estudo rigoroso do referencial teórico existente e em seguida escolheu-se os caminhos mais pertinentes para a escrita. Autores como: Galvão e Di Piero (2012), Gadotti (2018), Romanelli (2014) e outros ajudaram na construção do estudo, fornecendo luz ao processo investigativo.

A pesquisa possui uma abordagem qualitativa que ajudou a analisar os dados dentro de uma dimensão exploratória para captar nas entrelinhas o que os autores trazem sobre o assunto, e assim, responder aos objetivos do estudo. Para tanto, corrobora-se com Gil (1999) que o elemento primordial da pesquisa é o pesquisador, mas sem um caminho a seguir, a pesquisa se enfraquece.

Desse modo, a pesquisa sobre fontes publicadas anteriormente permitiu acesso a descobertas comprovadas que podem ser usadas como fonte de informação. Dessa maneira, o referencial teórico foi escolhido após uma extensa busca e leitura, tentando promover esclarecimentos de forma simples e com qualidade.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

No Brasil, a Educação de Jovens e Adultos sempre foi alvo de discussões e de questionamentos, e isso se deve a maneira como a modalidade foi tratada desde o princípio pela sociedade e pela própria escola. Os alunos que recorrem a EJA para



concluírem seus estudos, por causa do preconceito social que se estabeleceu, passou a ter uma imagem marginalizada, sendo aquele que pouco aprende, pobre, que não possui uma cultura suficiente ou inferior, considerado um sujeito com habilidades insuficientes para atuar em diferentes ambientes, já que não sabem ler ou escrever.

A EJA é marcada por uma trajetória de domínio da classe dominante sobre a classe dominada. É como se a educação destinada a pessoas menos afortunadas das classes populares fosse uma espécie de assistência, e não um direito institucional (CURY, 2016).

A linha do tempo da EJA no Brasil é muito confusa, pois ela também se depara com a linha geral que foi construída no processo integrativo da educação brasileira. Por isso, cabe rememorar a educação desde o período colonial, onde os Jesuítas, dentro de uma postura e visão missionária, buscaram “educar” os índios nativos, que já estavam no país antes dos colonizadores chegarem. A maior parte dos alunos que esses missionários priorizaram era adulta, pois estes contribuiriam para o desenvolvimento da formação da sociedade que estava se estabelecendo no Brasil.

Para conseguir institucionalizar o ensino, os Jesuítas passaram a instituir normas que foram padronizadas para que as ações e comportamentos dos índios estivessem de acordo com as necessidades dos seus colonizadores, o que incluía a educação e a fé. Era preciso que os índios aprendessem sobre o processo colonizador para serem usados como mão de obra, o que aconteceu, também, com os negros escravizados. A intensão sempre foi o convertimento a fé católica, e por isso os nativos teriam que aprender a ler e escrever. No entanto, tempos depois, se estabeleceu no país as escolas para os colonizadores e seus descendentes (BARRETO; BESERRA, 2014).

O interesse em ensinar partia da igreja, o papado, e de Portugal, o Estado. A intensão era dominar e integrar atividades comerciais, unir forças, por isso entenderam que sobrepor seus costumes, cultura e modelo educacional era tão importante para manter os nativos sob suas pretensões.

Apesar da base educacional do país ser a educação voltada às crianças, os adultos, também, precisam ter acesso ao ensino oferecido para entender o que os colonizadores lhes ordenavam. Já a educação das crianças era mais simples, e havia um grande interesse nela, visto que, através das crianças eles poderiam construir uma nova geração que obedecessem aos preceitos da igreja e do Estado.



O plano de trabalho com as crianças era compreendido como fator primordial para os colonizadores, já que os adultos eram considerados pelos mesmos como indivíduos com pouco ou sem nenhum conhecimento científico válido, ou seja, não podia-se contar com eles para os planos da Coroa. Desse modo, consideraram a ideia de que as crianças deveriam ser separadas de seus familiares para não aprenderem a cultura “bárbara” dos seus genitores (GALVÃO; DI PIERO, 2012).

Quando o Marquês de Pombal expulsou os Jesuítas o ensino passou a ser desorganizado, por isso a educação de jovens e adultos só passou a ser mencionada novamente no período do Império. Segundo Neto e Maciel (2018), mesmo após os movimentos que agitavam a Europa no século XVIII e com a expulsão dos Jesuítas pelo ministro, a reforma feita pelo marquês não apagou a influência da igreja na educação dos colonizados.

A iniciativa pombalina para a educação trazia diferentes vertentes, mas os preceptores estavam incapacitados de acompanhar novos modelos educacionais mais modernos. O que fez com que durassem treze anos para todos os Jesuítas fossem substituídos. Com isso, as disciplinas passaram a ser ensinadas isoladamente. Estima-se que o ponto crucial da saída dos Jesuítas foi justamente a efetivação de um sistema de ensino público no Brasil.

O ensino que foi apregoado pelos Jesuítas influenciou, sobremaneira, tanto o império quanto a república, já que transformou a educação em um sistema de classes, ampliando a oferta escolar para as camadas mais pobres. Diante disso, tudo permaneceu sem mudanças e nenhuma reformulação foi feita para ser considerada significativa (ROMANELLI, 2014, p. 36).

O sistema de ensino pensado por Pombal desenvolvia-se por meio das aulas régias, e com isso, o número de analfabetos era imenso. Em uma pesquisa realizada em 1872 pelo Censo demográfico no Brasil ficou-se sabendo que o índice de analfabetismo no país chegava a mais de 80% entre os indivíduos do sexo masculino e chegando a 90% entre as do sexo feminino (GALVÃO; DI PIERO, 2012). O que era muito preocupante, mostrando que era necessária uma reformulação nacional, capaz de promover uma educação para todos.

Foi por meio da constituição de 1824 que se passou a oferecer o ensino primário para todas as pessoas, inclusive os adultos. Embora parecesse interessante e legal essa proposta, na prática ela não funcionava como deveria, pois os profissionais não



recebiam nenhum tipo de formação e apresentavam despreparo, já que tinham poucos professores atuando, além de ter poucas escolas estruturalmente ruins, funcionando sem organização ou qualquer plano de ação coerente (GALVÃO; DI PIERO, 2012).

Dessa forma, Aranha (2016) salienta que apenas em 1834 por meio um Ato adicional foi possível à educação passou a ser responsabilidade das províncias. E mesmo com o ensino direcionado a jovens e adultos, os métodos usados eram insuficientes e não apresentavam qualidade. Os professores que aceitassem lecionar adulto deveria o fazer por uma missão, não recebiam salários. A educação de jovens e adultos era percebida como uma alternativa de civilizar uma camada taxada como degenerada ou perigosa.

Somente em 1881, quando se instituiu a Lei Saraiva que sancionava as eleições diretas que as camadas populares começaram a perceber a opressão dominante, já que os analfabetos foram impedidos de votar, e esses eram considerados incapazes, ignorantes (BRASIL, 1881).

Em 1891 a educação passa a ser pública, mas os direitos ainda eram reservados a elite. Já em 1915 foi fundada a Liga Brasileira contra o Analfabetismo, que era um movimento que disseminada ideias para combater a ignorância e tinha seu discurso voltado as intensões republicanas (GALVÃO; DI PIERO, 2012).

Em 1920 mais de 70% da população continuava analfabeta e nada foi feito para modificar esse quadro. Foi através desses dados que Olavo de Bilac se sensibilizou e promoveu a campanha “pioneira da educação nova” que era contra o analfabetismo. Esse movimento ficou conhecido como o “movimento dos pioneiros da educação nova”, mais precisamente em 1932.

Para os promotores dessa campanha, somente a educação poderia modificar a estrutura que mantinha o povo ignorante, a margem da sociedade e leigos para opinarem sobre assuntos econômicos, sociais e políticos. Apesar dessa campanha não ter a educação de jovens e adultos como bojo, foram relevantes, pois desencadearam discussões que mais tarde serviram de atenuantes para a educação de adulto (GADOTTI, 2018).

Começaram-se, então, diversos debates sobre como combater o analfabetismo, como se esse fosse um grande mal que assolava a sociedade. Nessa Primeira República o país viveu de inconstâncias, principalmente após a abolição, e a sociedade precisava crescer e se desenvolver como nação. Nessa conjuntura, o ensino básico era precário, e



mais uma vez essas fragmentações faria a educação para os jovens ser um assunto de segundo plano, deixado para depois.

Foi em 1934 que se foi proposto um plano de educação nacional que seria acompanhado pelo governo federal, que tinha como subsídio promover o ensino primário de forma obrigatória e gratuita, onde os alunos não deveriam faltar, e esse documento estendia essa obrigação, também, aos adultos e esse foi o primeiro momento em que, de fato, foi oficializada a educação de jovens e adultos (STRELHOW, 2018).

Mas, infelizmente ocorreu o golpe de 1937, e o que se havia conseguido como melhoria foi cortado por uma nova instituição vigente, que era centralizadora, o intuito era garantir a mão de obra, e o ensino deveria ser condicionado a questão profissional. Esse período durou até 1945, e apesar de ser excludente, esse novo modelo abriu portas para a educação de jovens e adultos, como por exemplo, fundos para ofertar ensino supletivo, o que abrangia muitos estados (KANG, 2014).

Nesse período a educação das camadas populares ficou ainda mais evidente, e ficou estabelecida como um problema da política brasileira. E somente em 1946 que os primeiros materiais pedagógicos foram impressos para que os professores pudessem usar nas salas de aula. Foram lançadas campanhas para erradicação do analfabetismo, mas sem sucesso, embora tenham sido importantes para a educação brasileira. Foi apenas no final década de 1950 e início 1960 que as mobilizações sociais trouxeram visibilidade para a educação de jovens e adultos (STRELHOW, 2018).

Foram esses movimentos que inflaram as classes populares, pois visavam à participação dessa classe na política. O analfabeto nesse momento começou a ser percebido como eixo da educação popular, que precisava ter sua realidade compreendida, para, então, ser contemplada, usada como fonte de apoio no processo de ensino e aprendizagem.

Foi por meio desses movimentos que a população começou a participar mais ativamente, apesar de desconhecer ou ter direitos negados. Era repassado nos discursos que quando a população não se engaja, quando permanecem analfabetas, é aí, onde se está criando uma sociedade desigual, injusta (ROMANELLI, 2014).

Alguns desses movimentos foram inspirados nas ideias revolucionárias do Professor e pesquisador Paulo Reglus Neves Freire que criou um método baseado na dialogicidade, usando temas geradores, sem excluir, mas inserindo a cultura popular dentro da escola. Por isso que Fávero e Motta (2016) revelam que é necessário entender



os movimentos que ocorreram nas décadas de 1950-1960, pois estes tinham alicerce no “Movimento de Democratização de Oportunidades de Escolarização Básica & Adultos”, e tinham a intensão de modificar de maneira significativa a educação brasileira, apesar de ser uma luta política.

Dentro dos movimentos mais relevantes, pode-se citar: Movimento da Cultura Popular – MCP (1961-1964); Campanhas promovidas pelo Ministério da Educação e Saúde – MES (1947-1955); Centro de Popular de Cultura - CPC da UNE (1962-1964); Movimento da Educação de Base – MEB (1961-1967); Campanha de Educação Popular da Paraíba (1962-1964); De Pé no Chão Também se Aprende a Ler (1961-1964) e o Programa Nacional de Alfabetização (PNA) do MEC (1963-1964). Paulo Freire esteve presente na maioria desses movimentos de forma direta ou indireta (VENTURA, 2011).

Em 1964, quando os militares assumem o poder, a educação sofre demasiadamente com intervenções para proibir a disseminação de ideias não apoiadas pelo regime militar. Professores e intelectuais foram perseguidos, exilados e alguns desapareceram. Nesse momento, o Plano Nacional de Alfabetização foi desfeito. As lideranças dos movimentos foram presas e aceitas propostas educacionais que atendessem aos princípios do conservadorismo.

Devido à opressão e as mudanças no sistema de ensino, a evasão e o desânimo tomou dos jovens e adultos, e muitas escolas começaram a esvaziar. Foi então, em 1967, por meio da Lei 5.379 que foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização, o conhecido MOBRAL, que teve duração até 1980. Depois veio o ensino supletivo para tentar alcançar aquela porcentagem que não reduzia de analfabetos.

Ao superar o regime militar, o Brasil por meio das centrais sindicais precisou promulgar uma nova constituição em 1988, onde ocorreu a primeira eleição direta para presidente, o que culminou no surgimento de novas possibilidades teórico-pedagógicas para a EJA. No artigo 205 da Constituição de 1988 a educação torna-se um direito universal, sendo o Estado responsável por promovê-la, bem como a família de incentivá-la. Foi nesse momento em que o Estado começou a priorizar, de certo modo a educação de jovens e adultos e criar estratégias pedagógicas para erradicar o analfabetismo.

Desse modo, a carta Magna estabeleceu um prazo de até dez anos para que se eliminasse o analfabetismo no país. A educação então é percebida não como mão de obra treinada para atender a elite, mas como qualificadora para o trabalho. Nesse



período as ideias marxistas de educação ganham nitidez e foco (VENTURA 2011). Essas ideias combatiam a ideologia da classe dominante que usava a educação para manter a população como instrumento usado em função dos seus interesses. Por isso, as ideias marxistas baseadas da dominação de classes e no capitalismo sempre foram alvo de discussões calorosas.

Em 1990 surgiu o Movimento de Alfabetização conhecido pela sigla MOVA – que buscava de maneira intensiva organizar e reunir a sociedade no combate ao analfabetismo de jovens e adultos no país. O MOVA foi um método criado por Paulo Freire, que ao assumir a Secretaria de Municipal de Educação São Paulo entre 1989 e 1991 construiu diretrizes onde as escolas deveriam ter autonomia, e visou fortalecer o vínculo entre secretaria de educação e escola (GADOTTI, 2018).

Foi nesse mesmo período que o Brasil se comprometeu com a “Declaração Mundial sobre a Educação para Todos” com foco em ir diminuindo paulatinamente o índice de analfabetismo. Desse modo, foram estabelecidos programas e projetos para melhorar o ensino no país, na perspectiva de promover um futuro com novas oportunidades, acesso a informação e garantia dos direitos cidadãos.

Ainda nesse momento histórico o presidente Fernando Collor de Mello assumiu a presidência e criou projetos de interesses liberal-corporativo, o que as ideias marxistas tanto debatiam a educação mais uma vez passou a ser veículo de dominação da classe elitizada. O presidente propôs um novo programa: “Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC)”, que após o impeachment de Collor, foi engavetado. Após a saída do presidente Itamar Franco assumiu e propôs um programa educacional conhecido como o “Plano Decimal” que foi estabelecido em 1994.

O programa era vislumbrado como uma determinação ambiciosa do governo que visava oferecer ensino fundamental a todos os brasileiros, mas com a entrada do novo Presidente Fernando Henrique Cardoso em 1994 o plano foi mais um a ser engavetado (SALGADO; BARBOSA, 2012). No novo governo foram criados novos projetos e a Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) que se interligava a Constituição de 1988, a conhecida como Lei 9394/96. Teve também as discussões da Declaração de Hamburgo que influenciaram a educação brasileira.

Em 2003 o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva apresenta o “Programa Brasil Alfabetizado” que teve como princípio superar o analfabetismo de jovens e adultos ou idosos no sentido de promover a universalização do ensino no país. Foi no Governo do





Presidente Lula que a EJA teve seus projetos ampliados, onde abriu-se espaços de inclusão social (COSTA, 2013).

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Muitos outros programas foram criados para incluir o jovem e o adulto na escola básica, entre eles: Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), PBA, Programa Nacional de Inclusão de jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (PROJOVEM) e o Plano Nacional de Qualificação (PNQ). Mesmo assim a taxa de analfabetismo continuava grande. Entretanto, muitos brasileiros tiveram chances reais de serem alfabetizados.

Mesmo com o esforço do Programa Brasil Alfabetizado, instituído pelo governo Lula, não avançamos o suficiente para termos realmente algum orgulho nessa área. A sociedade ficou esperando, em 2003, um programa de mobilização que não aconteceu. O Programa Brasil Alfabetizado do MEC, mesmo com todo o trabalho desenvolvido, e a generosidade de seus promotores, ainda está aquém do esperado. Milhões de brasileiros foram alfabetizados, é verdade, mas não conseguiram dar continuidade a seus estudos nos estabelecimentos oficiais de ensino. E todos sabemos que, quando não se garante a continuidade, corre-se o risco de regressão (reversão) ao analfabetismo. Se o alfabetizando não usa o que conhece acaba esquecendo o que aprendeu. A falta de continuidade é mortal para o recém-alfabetizado. (GADOTTI, 2018, p. 14).

Com todas as transformações que a EJA passou no decorrer do tempo ainda sofre preconceito e é percebida como uma modalidade inferior da educação. As verbas orçamentárias para essa modalidade não corresponde a necessidade de alunos, professores e escolas no país. Pouco se investiu em formação daqueles que estariam atuando na EJA, por isso a mesma não tem o respaldo social que precisa para garantir princípios básicos para sua continuidade.

Segundo Gadotti (2018) deveria investir no educador que atua na EJA, e esse merece ser construtor de propostas, ser meio de transformação entre saber e ensinar, mas isso é uma realidade que parece distante, pois quem ensina nessa modalidade enfrenta o discurso de uma função assistencialista, e por vezes não possuem aptidão



para lidar com os problemas relacionados aos alunos e a limitação formativa de si mesmos.

Por isso, formar professores capazes de modificar o espaço com a colaboração dos alunos é um caminho a se pensar. Esses precisam construir um olhar crítico e reflexivo sobre a prática para que tenham êxito no âmbito escolar. Não é admissível que o analfabetismo vença todas as propostas, o olhar deve estar acima dos fracassos.

Antes de mais nada é preciso reconhecer que as nossas altas taxas de analfabetismo são decorrentes da nossa pobreza. O analfabetismo representa a negação de um direito fundamental, decorrente de um conjunto de problemas sociais: falta de moradia, alimentação, transporte, escola, saúde, emprego... isso significa que, quando as políticas sociais vão bem, quando há emprego, escola, moradia, transporte, saúde, alimentação... não há analfabetismo. Quando tudo isso vai bem, a educação vai bem. Isso significa ainda que o problema do analfabetismo não será totalmente resolvido apenas por meio de programas educacionais. Eles precisam vir acompanhados de outras políticas sociais. (GADOTTI, 2018, p. 11).

Por isso o país apresenta propostas distantes da realidade o que contrasta elementos como ensinar e aprender na contemporaneidade. E mesmo que no Brasil a EJA esteja direcionada a pessoas acima de 15 anos que não conseguiram concluir o estudo na idade oportuna, é pretérito que a educação a eles oferecida seja de qualidade, sem deficiência, pois, se a educação não for um meio para mudar a realidade social, o que mais será capaz?

Desse modo, estima-se que quando a educação, a escola e o governo não cumprem o seu papel os índices de abandono escolar aumentam, mas quem está preocupado suficientemente para investir nessa modalidade esquecida? É preciso entender primeiro os motivos que causam a evasão escolar na EJA, para então eximir o analfabetismo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com a pesquisa foi possível perceber que a Educação de Jovens e Adultos é uma importante ferramenta de combate às injustiças sociais, e promover um olhar refletivo sobre a história dessa modalidade de ensino, permite que se tenha compreensão de como podemos melhorá-la.



A EJA pode favorecer o desenvolvimento dos sujeitos se sua base for compreendida pela sociedade, escola e alunos. É preciso mais investimento para a EJA e programas de incentivo que faça com que os indivíduos a percebam como porta de entrada das relações profissionais e pessoais, não como uma base de ensino alvo de preconceito.

Por isso, entender a base histórica que consolidou a EJA no país abre espaço para novas investigações e promove o entendimento daqueles que lutam por uma educação de qualidade.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. São Paulo: Moderna. 2016.

BARRETO, Maribel Oliveira; BESERRA, Valesca. **Trajetória da Educação de Jovens e Adultos: histórico no Brasil, perspectivas atuais e conscientização na alfabetização de adultos**. Cairu em Revista. Jul/Ago 2014, Ano 03, nº 04, p. 164-190. Disponível em: <[http://www.cairu.br/revista/arquivos/artigos/2014\\_2/10\\_TRAJETORIA\\_EDUCACAO\\_JOVENS\\_ADULTOS.pdf](http://www.cairu.br/revista/arquivos/artigos/2014_2/10_TRAJETORIA_EDUCACAO_JOVENS_ADULTOS.pdf)>. Acesso em: 18 ago. 2020.

CURY, C. R. J. **Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais**. São Paulo: Cortez, 2016.

Fávero, O. Motta, E. (Orgs.). **Educação popular e educação de jovens e adultos**. 1. ed. Petrópolis: De Petrus et Alli; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2016.

GADOTTI, Moacir. **Educação de jovens e adultos: correntes e tendências**. In: GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (orgs.). **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e propostas**. 8.ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2018. (Guia da Escola Cidadã)

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; DI PIERRO, Maria Clara. **Um balanço da evolução recente da educação de jovens e adultos no Brasil**. edições MEC/UNESCO. 2012.

KANG, T. H. **Educando a Elite para garantir o Progresso Nacional: Políticas Educacionais e Ensino Primário no Brasil, 1930-1964**. Anais do XLI Encontro Nacional de Economia. No . 035. ANPEC- Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia, 2014. Disponível em: [https://www.anpec.org.br/encontro/2013/files\\_I/i3-246f81cc581efebd9a000b0b75e7578a.pdf](https://www.anpec.org.br/encontro/2013/files_I/i3-246f81cc581efebd9a000b0b75e7578a.pdf). Acesso em 20 Ago 2020.

NETO, Alexandre; MACIEL, Lizete. **O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões**. Revista Educar. Editora UFPR Curitiba, nº 31, p. 169-189, 2018.



ROMANELLI, Otaíza de O. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis: Vozes, 37ed. 2014.

SALGADO, Edméé Nunes; BARBOSA, Paulo Corrêa. **Educação e os desafios do futuro – Jovens e Adultos**: caminhos e perspectivas. Fundação CECIERJ – RJ. 2012.

STRELHOW, T. B. **Breve história sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.38, p. 49-59, jun.2018.

VENTURA, Jaqueline P. **Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores no Brasil**: revendo alguns marcos históricos. 2011. Disponível em: <http://ppgo.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/296/2017/12/educacao-jovens-adultos-trabalhadores-revendo-marcos.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2020.